

REGIÃO NORTE DE MINAS: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL – BREVES CONSIDERAÇÕES

*Marina de Fátima Brandão Carneiro**

Resumo: Este trabalho trata da localização e dos aspectos físicos da região Norte de Minas Gerais e das transformações ocorridas neste espaço, principalmente a partir dos anos 60, devido ao processo desenvolvimentista e modernizador, implementado através da sua inserção na área de atuação da SUDENE, bem como das conseqüências mais marcantes na organização do espaço regional.

Palavras-Chave: Região, Espaço geográfico, Desenvolvimento, Modernização, Organização espacial.

Localização

Esta região está quase totalmente inserida histórica, física e culturalmente no panorama nordestino. Localiza-se ao norte do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de aproximadamente 128.489,58 km², com uma população, no ano 2000 (de acordo com o IBGE), de 1.489.213 habitantes.

Conta, desde 1996, com 89 municípios, os quais compõem a Região de Planejamento n° 8 (FIGURA 1), uma das macrorregiões do Estado, conforme regionalização adotada para efeito de planejamento estadual mineiro de acordo com estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro e pela SEPLAN-MG, tomando como base as microrregiões geográficas (estabelecidas, em 1992, pelo IBGE) e critérios de polarização apresentados à Assembléia Legislativa, na forma do projeto de Lei n° 1.590/93.

De acordo com esta regionalização, a Região Norte de Minas é composta por 86

* Professora Titular do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Mestre em Geografia pela USP, São Paulo.
e-mail: marinabc@unimontes.br.

municípios da Região Mineira do Nordeste – RMNe, como é chamada a Área Mineira da SUDENE¹ pelo governo mineiro, mais os municípios de Santa Fé de Minas, São Romão e Riachinho. Estes últimos foram aí incluídos por pertencerem a uma microrregião do IBGE onde predominam municípios da RMNe.

FIGURA 1



¹ A SUDENE foi extinta em maio de 2001, através de uma Medida Provisória do Governo Federal, que criou a ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Todos os convênios e projetos assinados e/ou aprovados até a extinção da SUDENE continuam vigorando, bem como, todas as ações na área social. No momento, encontram-se paralisadas as avaliações e aprovações de novos projetos, incentivos e financiamentos.

A área localiza-se entre os paralelos de 14° e 18° de Latitude Sul e os meridianos de 41° e 46° de Longitude Oeste de Greenwich.

Limita-se ao norte com o Estado da Bahia, ao sul com a região Central de Minas, a leste com a região Jequitinhonha/Mucuri e a oeste limita-se com a região Noroeste de Minas.

Como afirma Pereira (2000),

Região, por definição, é aquela porção da superfície que por algum critério, seja natural, econômico, político, enfim que por qualquer critério, até mesmo arbitrário, adquire singularidade, característica própria, isto é, tem criada alguma identidade que a diferencia das demais, segundo tal ou tais critérios.

Para a população desta região, “Norte de Minas e Área Mineira da SUDENE” são sinônimos.

Gervaise, citado por Oliveira, M. F. (1996), identifica o Norte de Minas e a Área Mineira da SUDENE como uma região com identidade própria, sobretudo a cultural, muito mais próxima da nordestina do que da mineira.

O fato de que 86 municípios norte-mineiros estejam incluídos na área da RMNe em virtude de possuir características, especialmente climáticas, bastante semelhantes às predominantes no Nordeste do Brasil, pode parecer a melhor prova do caráter nordestino do conjunto – o famoso Polígono das Secas. Essas características oferecem à região Norte de Minas uma dupla vantagem:

- ter sido a única região do Estado de Minas, até o fim da década de 1990, a usufruir dos vários incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE e, em consequência desta,
- a definição de planos e políticas de desenvolvimento em nível regional através da atuação das diversas entidades regionais.

O Norte de Minas caracteriza-se como uma região de transição entre o Brasil úmido e o semi-árido, o Brasil florestal e o de vegetações abertas (cerrados, campos cerrados, caatingas, matas secas, campos de altitude), o Brasil montanhoso e o de superfícies aplainadas, o Brasil densamente povoado e o de população esparsa e o Brasil urbano-industrial e o agrário.

Esta posição geográfica favorece a instalação de projetos agro-pecuários e agro-industriais por suas vantagens locais – proximidades dos principais centros consumidores do

país, a meio caminho das capitais nordestinas, do Sudeste e Centro Oeste.

Sua rede de transportes e comunicações, embora mais concentrada em alguns municípios, tem suprido, de forma razoável, as necessidades do processo econômico em desenvolvimento.

Geomorfologia

As formas de terreno regional estão agrupadas, na maioria das vezes, de acordo com suas características geomorfológicas.

As Superfícies de Aplainamento de Níveis Elevados se caracterizam por apresentar superfícies de aplainamentos nas áreas de planaltos – Planaltos do São Francisco. São constituídas por rochas do Pré-cambriano com predominância do Grupo Bambuí, formando os relevos tabulares – chapadas – e presença de grutas calcárias ou relevo plano e suave ondulado.

O relevo, tratando-se de uma seção de planalto residual, em sua maior parte é recoberto por uma seqüência de depósitos sedimentares areníticas de idade cretácea, além de coberturas argilosas e argilo-arenosas terciárias, pré-terciárias e quaternárias, apresentando cotas altimétricas que variam entre 400 – 1.200 metros em média. Podem estar recortados por vales e/ou veredas caracterizadas por solos hidromórficos (especialmente à margem esquerda do Rio São Francisco).

Nos limites nordeste e leste com o Estado da Bahia, ocorrem as grandes superfícies de aplainamento que compreendem o Planalto de Conquista. Apresentam-se de forma bastante recortada até encontrar as Serras do Espinhaço. Seus níveis variam de 700 – 1.050 metros

Correspondem aos recobrimentos de rochas argilosas do Terciário, sobre rochas gnáissicas do Pré-cambriano Indiviso e rochas predominantemente quartzíticas do Pré-cambriano.

Os “Topos do Espinhaço” estão representados pelas superfícies aplainadas que se destacam no grande conjunto das serras do Espinhaço, com altitudes que variam de 750 – 1.200 metros.

Constituem grandes remanescentes de recobrimento de material argiloso e argilo-arenoso, provavelmente do Terciário, sobre rochas predominantemente quartzíticas do Pré-cambriano.

As Superfícies de Aplainamento de Depressão Sanfranciscana são caracterizadas pelas grandes superfícies rebaixadas ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes. Estendem-se desde os sopés das encostas dos planaltos e das serras até os terraços e planícies fluviais. Possuem relevo plano ou suave ondulado, podendo ocorrer áreas onduladas. Apresentam altitudes que variam de 450 a 750 metros.

Geologicamente, são constituídas de rochas argilosas, argilo-arenosas ou arenosas do Terciário-Quaternário e material retrabalhado derivado de rochas do Grupo Bambuí, o qual constitui o principal embasamento dessas áreas.

Os Terraços e Planícies Fluviais, relativos às zonas de assoreamento mais recentes, possuem relevo plano e são constituídos basicamente de sedimentos aluviais. Destacam-se as extensas faixas do rio São Francisco e seus afluentes, especialmente os rios Verde Grande, Gorutuba e das Velhas. As altitudes variam de 430 a 550 metros.

As Encostas e Desníveis de Planaltos constituem as superfícies enrugadas e algumas outras superfícies divisoras de drenagem. Áreas de relevo suave ondulado e ondulado e áreas mais movimentadas, com relevo variando de suave ondulado, ondulado a forte ondulado. As altitudes variam desde 350 até 950 metros.

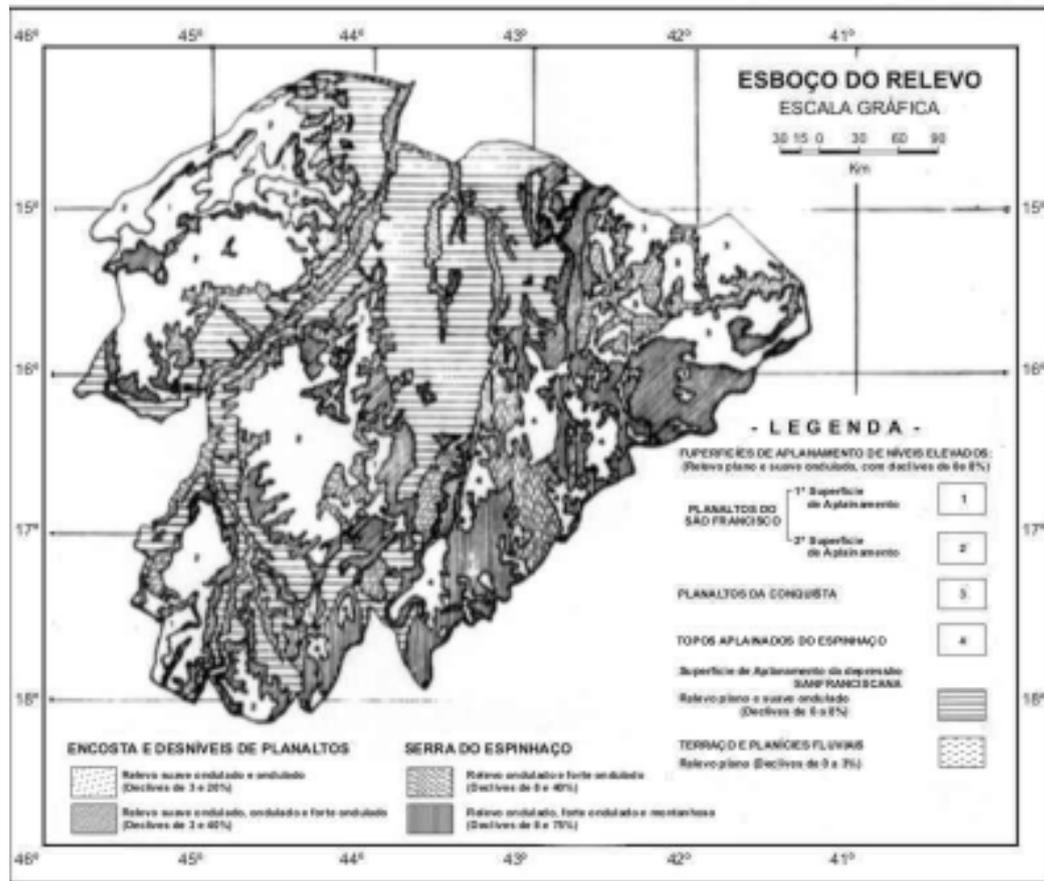
Verificam-se nas áreas dessas superfícies maiores ocorrências de siltitos, ardósias e calcários do Grupo Bambuí, arenitos das Formações Urucuia e Areado, quartzitos, filitos e xistos do Pré-cambriano e gnaisses do Pré-cambriano Indiviso.

Existe, ainda, o Planalto Proterozóico, representado pelas Serras do Espinhaço, Serra Geral e do Cabral.

Nessas serras destacam-se, além dos “topos aplainados” já descritos, áreas onde predominam relevo ondulado, forte ondulado e montanhoso. Ocupam altitudes que variam desde 600 metros nos sopés, até 1.200 metros nos topos.

São elevações constituídas principalmente de quartzitos e com expressiva ocorrência de filitos e xistos do Pré-cambriano.

FIGURA 2



Fonte: JACOMINE, 1979,p.33

O clima no território norte-mineiro apresenta características próprias.

Segundo a classificação climática de Köppen, o clima é predominantemente tropical úmido (megatérmico – Aw), de cerrado, com inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C. Deve compreender toda a área, excetuando-se a que fica definida pela variedade Cwa (clima mesotérmico), com inverno seco e verão chuvoso. Temperatura média do mês mais frio inferior a 18°C e a do mês mais quente superior a 22°C. Predomina nas regiões das serras do Espinhaço e do Cabral.

Apresenta temperaturas médias anuais em torno de 22°C e índices pluviométricos variando entre 500 – 1.200mm anuais, com ocorrências periódicas dos fenômenos

da seca e dos veranicos.

Constituem características do clima regional elevada insolação e baixa umidade relativa do ar. Nas áreas de maior incidência de radiação solar, ocorrem os valores máximos de evapotranspiração, que estão quase sempre acima dos níveis de precipitações.

Os topos das serras, chapadas e planaltos comportam como imensos reservatórios naturais das águas das chuvas – lençóis subterrâneos. Estes reservatórios naturais abastecem, durante o ano e nos períodos críticos de seca, as milhares de nascentes, veredas e cursos d'água que cortam a região Norte de Minas.

Vide Figura 3, REDE HIDROGRÁFICA E CLIMA – NORTE DE MINAS, após Hidrografia.

Hidrografia

A região é drenada por partes de três bacias hidrográficas distintas que são as dos Rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, com ocorrência de rios temporários e intermitentes.

Observa-se, ainda, a existência substancial de aquíferos subterrâneos de elevada potencialidade e baixa utilização.

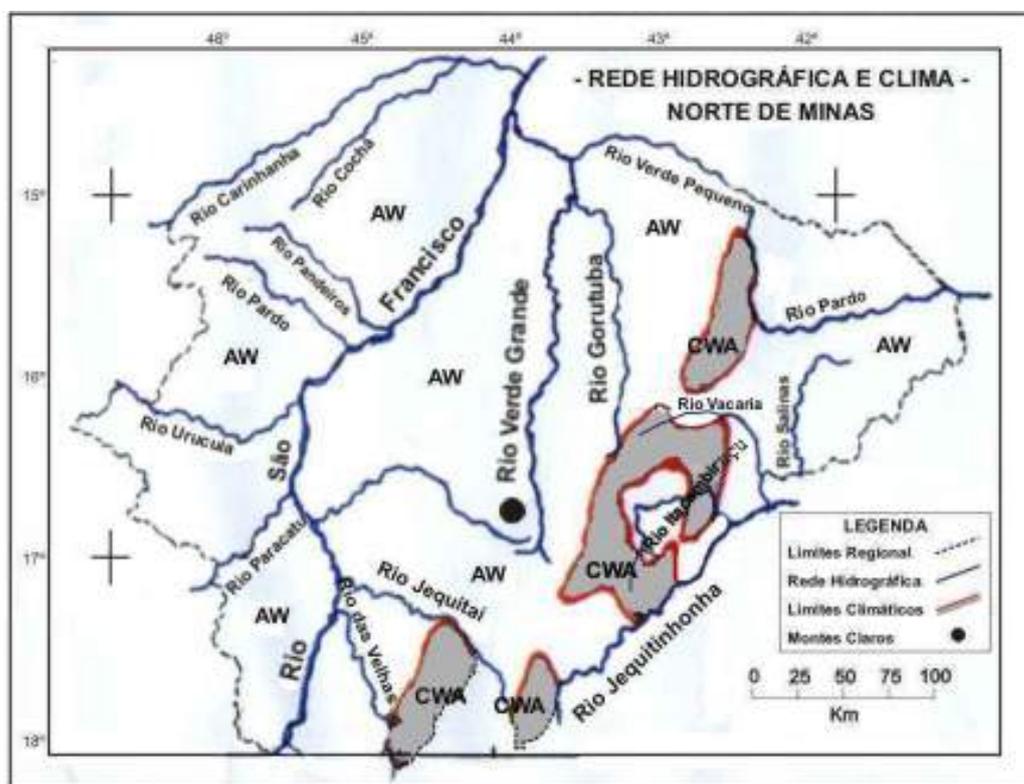
O Rio São Francisco destaca-se como o mais importante da rede hidrográfica da área, percorrendo-a em direção sul-norte e recebendo importantes afluentes em suas duas margens. Na sua margem direita, destaca-se o Rio Verde Grande que constitui-se num sistema próprio de grande importância na região, com percurso bastante longo, estando suas nascentes situadas no município de Bocaiúva, a sudeste de Montes Claros, e sua foz no Rio São Francisco, nos limites com a Bahia.

O segundo sistema apresenta como rio mais importante o Jequitinhonha, que ocorre no limite da área a sudeste, estando dentro desta alguns de seus afluentes da margem esquerda, sendo os mais volumosos os Rios Vacaria, Salinas e Itacambiruçu.

O terceiro sistema é constituído pelo Rio Pardo e seus afluentes, sendo o percurso deste rio de direção oeste-leste, penetrando no Estado da Bahia.

Estes sistemas apresentam grande potencialidade para hidroeletricidade, indústria, comunicação (possibilidade de navegação) e para a agricultura irrigada, sendo os mais importantes para estes fins, os Rios São Francisco, das Velhas, Paracatu, Urucuia, Jequitaiá, Verde Grande, Gorutuba e Jequitinhonha.

FIGURA 3



) R Q W H - \$ & 2 0 , 1 (S H \$ C S W D o m R 0 D U L Q D G H) % & D U Q H L U R

Vegetação

A vegetação natural é variada com predominância dos cerrados, com formações afins e veredas, além da presença das caatingas, florestas, formações lenhosas de transição, campo de várzea e formações rupestres.

Os cerrados e formações afins ocupam a maior parte da área em estudo. Estas formações são representadas, principalmente, pelo cerrado propriamente dito e o campo cerrado, englobando, ainda, o campo de altitude e o cerradão. A diferença principal entre eles reside na maior ou menor presença de indivíduos com porte arbóreo ou arbustivo, dentro de um “tapete” herbáceo, contínuo ou não, representado em grande parte por gramíneas e ciperáceas.

As veredas ou floresta perenifólia de várzea, como às vezes são chamadas, ocorrem, geralmente, nas suaves depressões dos terrenos ondulados e sempre contornadas pelo cerrado. Formam bosques de floresta perenifólia e presença constante da palmeira

“buriti”. Possuem cobertura herbácea com dominância de gramíneas mesclada de ervas, subarbustos e arbustos baixos e esparsos. Nascentes de rios podem iniciar aí os seus cursos.

As caatingas são formações vegetais caducifólias de caráter xerófilo, por vezes ricas em cactáceas e bromeliáceas e que ocupam significativas áreas no Norte de Minas Gerais.

As florestas caducifólias apresentam-se com duas fisionomias mais ou menos distintas. A primeira delas caracteriza-se pela quase inexistência de espécies espinhosas, ocorre ao lado da floresta subcaducifólia e com ela constituem o que vulgarmente se conhece por “mata-de-cipó”. A segunda fisionomia aproxima-se bastante da vegetação de transição floresta/caatinga, da qual foi separada por evidenciar uma maior disponibilidade hídrica às suas espécies.

A floresta subcaducifólia representa parte da conhecida “mata-de-cipó” que engloba, também, formação florestal caducifólia e mesmo subperenifólia.

As florestas caducifólia e subcaducifólia de várzea têm sua maior ocorrência limitada às margens de rios como o Verde Grande, o Gorutuba, o Jequitai e o São Francisco. Figuram ao lado da caatinga de várzea e do campo de várzea.

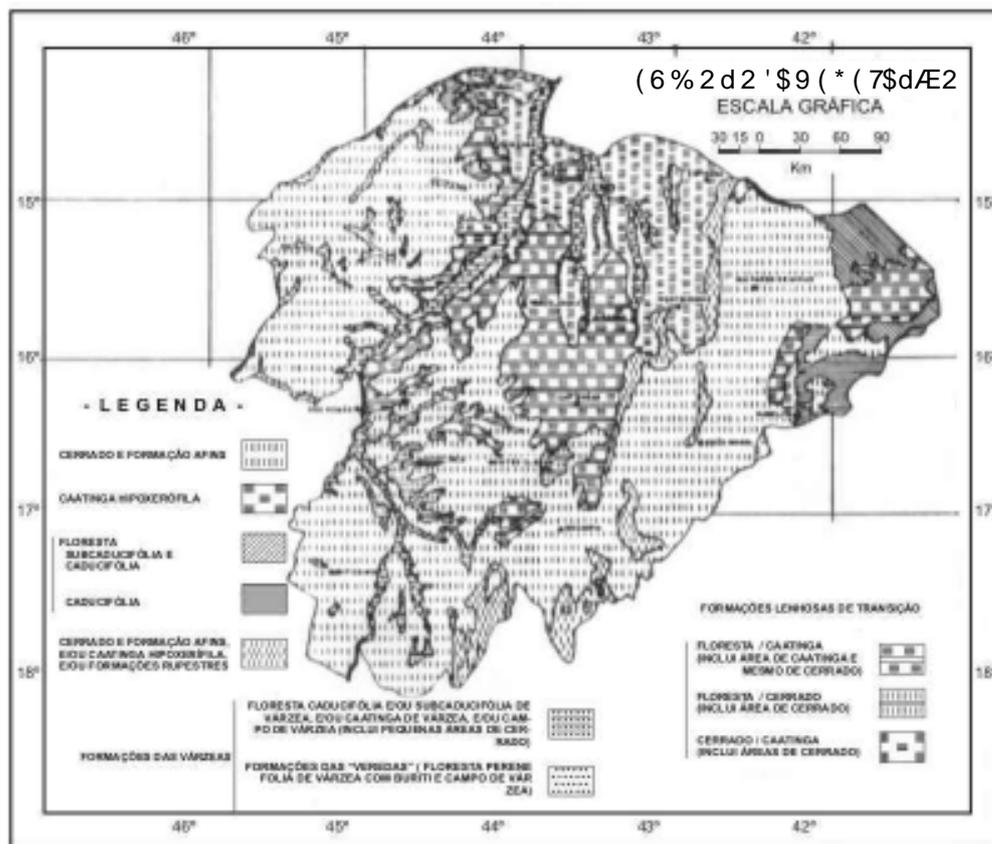
As formações lenhosas de transição correspondem às vegetações não bem definidas, apresentando espécies típicas de florestas, de cerrados e de caatingas.

O campo de várzea ocorre nas várzeas úmidas ou alagadas relacionadas, normalmente, com a periferia de alguns cursos d’água. De modo geral, é constituída por estratos baixos ou rasteiros, herbáceos ou herbáceo-arbustivos, com predomínio de gramíneas e ciperáceas.

Relacionadas com áreas predominantemente de afloramentos de rochas, as formações rupestres apresentam-se com duas “facies” mais ou menos distintas.

A primeira ocorre como uma variação da caatinga, está relacionada com afloramentos calcários. A segunda “facies” diz respeito aos afloramentos de arenito e quartzito que aparecem, geralmente, em áreas com cotas altimétricas relativamente altas. Aparecem espécies pertencentes às famílias da bromeliáceas, apocináceas, velozíáceas, escrofulariáceas, cactáceas e gramíneas (Jacomine, 1979).

FIGURA 4



Fonte: JACOMINE, 1979, p.42

Solos

Na região predominam os latossolos, cambissolos e solos areno-quartzosos profundos. Há deficiência de fertilidade natural e, em sua maioria, os solos apresentam elevada acidez, com elevados teores de alumínio. Prestam-se à prática agrícola após sua correção através da calagem e adubação.

As condições pedológicas locais acentuam as dificuldades climáticas, uma vez que os solos são predominantemente arenosos nas chapadas e nas serras quartzíticas, favorecendo a rápida percolação das águas. Fato também favorecido pelas rochas predominantemente calcárias das depressões do São Francisco e Verde Grande.

Como se pode perceber, o território norte-mineiro possui ecossistemas bastante distintos, mas interligados entre si, com a vida vegetal intimamente inter-relacionada com os processos dinâmicos do solo, água e clima.

Contudo, o quadro natural do Norte de Minas sofreu e vem sofrendo uma drástica mudança, especialmente a partir dos anos 60. A sua área foi desfigurada através da implementação do processo desenvolvimentista, cuja mola propulsora foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que através de incentivos fiscais e financeiros favoreceu a industrialização em algumas cidades, bem como, a modernização da agricultura e a implantação do reflorestamento com espécies homogêneas e exógenas na região. Articulada com a SUDENE, a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), ocupou-se do desenvolvimento econômico na bacia hidrográfica do São Francisco, com a implantação de grandes projetos de irrigação como o Gorutuba, o Jaíba, o Jequitaiá e o Pirapora.

Nesse processo engajaram-se as burguesias agrária e comercial locais e de outras regiões do país. Posteriormente, outros órgãos passaram a atuar na região através de projetos econômicos, políticos e sociais e tiveram importância na expansão do capitalismo, como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e a RURALMINAS (Fundação Rural Mineira de Desenvolvimento e Colonização Agrária).

Dotado de topografia relativamente plana, recursos naturais fartos, baixo custo de mão-de-obra e baixo preço da terra, além da inoperância da legislação trabalhista – já que as relações de trabalho se assentavam em relações de compadrio e de vizinhança – aliados a uma política ambiental pouco preocupada com a forma e o uso que se faz dos ecossistemas, constituíram as principais condições para que o sistema capitalista, através da intervenção estatal, expandisse as suas relações na região.

Para subsidiar tais empreendimentos, o Estado (autoridade governamental, tanto estadual quanto federal) viabilizou, ainda, a implementação da infra-estrutura necessária à alocação do capital, através da pavimentação de estradas, ampliação da rede energética, da rede de armazenamento, da telefonia e outros serviços.

Estrutura-se, na região, um pólo industrial centralizado em Montes Claros e ramificado em Várzea da Palma, Pirapora, Bocaiúva, Janaúba e Capitão Eneas. Ao mesmo tempo, as antigas fazendas são gradativamente transformadas em empresas rurais e implementam centenas de projetos agropecuários subsidiados, de irrigação, de reflorestamento e monocultura agrícola subsidiada.

É interessante ressaltar que a política da SUDENE associada à política de

modernização agrícola e reflorestamento, adotada pelas autoridades governamentais, bem como o Estatuto da Terra, contribuíram para uma profunda alteração do processo de desenvolvimento econômico regional. Ao mesmo tempo, reafirmaram algumas características históricas, tais como: concentração de renda, concentração fundiária e de origem e/ou agravamento de problemas sociais, econômicos e ambientais relevantes. Portanto, tais projetos não raras vezes, se desvirtuaram de seus propósitos, contribuindo para o agravamento das distorções regionais. Observando-se a estrutura mais recente da economia local, percebe-se que continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto nas urbanas, e o baixo desenvolvimento da região com relação às demais regiões mineiras, excetuando a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, considerada a menos desenvolvida do Estado de Minas Gerais.

Assim, antigos e novos latifundiários ampliam suas áreas, num violento processo de concentração fundiária, que se beneficiam dos incentivos fiscais e financeiros, bem como dos créditos subsidiados com juros negativos. A vegetação nativa é destruída para dar lugar à implantação de pastagens melhoradas, monoculturas agrícolas, culturas irrigadas e florestas homogêneas de eucalipto e *pinus*.

Pequenos camponeses, agregados, meeiros e posseiros são expulsos de suas terras e as antigas áreas comunais – os gerais, áreas de chapadas e cerrados – são disputadas, em grande parte, com violência, havendo resistência dos camponeses. Em decorrência dessa resistência os conflitos se alastram por todo o território.

Nos planaltos e nas chapadas, em terras devolutas, os incentivos ao reflorestamento com eucalipto e *pinus* se encarregam de restringir ainda mais as áreas comunais, propiciando o estrangulamento da reprodução camponesa – sertaneja, determinando a expulsão de milhares de pessoas.

A partir de uma visão reducionista e de um conhecimento parcial dos ecossistemas do Norte de Minas, implementou-se a irrigação como solução para a agricultura regional, capaz de conviver com as irregularidades climáticas. Em poucos anos, mais de 50 mil hectares passaram a ser irrigados sem maiores preocupações com o controle e manejo do uso dos solos e das bacias hidrográficas. Em consequência, vários rios menores e córregos têm suas águas cortadas ou secam completamente no período das secas.

As transformações causadas pela modernização do sertão norte-mineiro, cujo significado implica, sobretudo, na modificação da organização da produção e dos grupos sociais, deixaram marcas, hoje, claramente perceptíveis aos olhares mais

desatentos: o desaparecimento das vegetações nativas, substituídas por pastagens artificiais e uma imensa monocultura de eucaliptos e *pinus* nas áreas de chapadas. Alteraram-se, portanto, as relações sociais de produção, da posse da terra e estabeleceu-se um estreitamento cada vez maior na relação campo-cidade e a degradação dos recursos naturais.

Em 1970, segundo o GEA (Grupo de Estudos e Ação Ambiental), a cobertura florestal nativa representava 85% da área da região e, no início da década de 1990, havia caído para menos de 35%. Tal fato se justifica devido a região ser a principal fornecedora de carvão vegetal para atender a demanda crescente do pólo siderúrgico, especialmente, do Estado de Minas Gerais.

No início dos anos 90, os cerrados, em especial, violentamente agredidos, entram em lenta agonia, ainda hoje, surda e imperceptível à sociedade brasileira e, também, à internacional que, preocupadas com a destruição da Amazônia, desenvolvem uma série de movimentos em sua defesa. Enquanto os cerrados, com a função de reservatório hídrico, de caixa-d'água do Continente sul-americano, vai sofrendo com a expansão das relações capitalistas, a degradação do seu ecossistema, sem nenhuma defesa para assegurar as suas funções.

Paralelamente, a ameaça, até mesmo, o desaparecimento de muitas espécies da flora regional, o processo de desertificação e salinização de grandes áreas, o assoreamento, o envenenamento dos rios e a contaminação das fontes de água demonstram que está em pleno andamento uma acelerada destruição ambiental.

Por outro lado, a concentração das terras, a construção de barragens, o reflorestamento sem critérios, o garimpo, a exploração e controle das águas por grupos empresariais e grandes proprietários rurais, levam à miserabilidade e expulsão da população camponesa.

A população rural que, em 1960, representava 80,5% do total da população regional passou, no ano 2000, para 35,5% deste total. Em conseqüência, o campo esvazia e as cidades incham, ocorrendo uma multiplicação das favelas e cortiços, especialmente nos centros urbanos maiores, como Montes Claros, Pirapora, Januária, Janaúba, Várzea da Palma, Salinas e Bocaiúva.

O sertanejo, que até os anos 60, produzia para sua subsistência, nos anos 90, passou a alimentar-se de produtos importados de outras regiões. Contraditoriamente, a região exporta sementes selecionadas e híbridas, frutas e legumes para os grandes centros nacionais e para o exterior.

De acordo com Gervaise (1975), “o norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado: a imagem atual de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado” (Sic).

Concordamos com Santos (1997), quando ele diz que,

compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelo seus atores hegemônicos, (...) a totalidade do processo que a molda há de estar presente (Sic).

Na expansão do capital na região, o Estado desempenhou papel fundamental na implementação e melhoria de sua infra-estrutura, assegurando as condições para a acumulação e o funcionamento das empresas industriais, de reflorestamento, dos projetos agropecuários e outros, com profundas repercussões na organização do espaço.

Portanto, sempre agindo através de seus organismos político-administrativos, alocando recursos, construindo estradas, descentralizando, determinando ou induzindo, ou às vezes até meio ausente, como agora, o Estado sempre teve papel determinante na formação, na administração e na organização da região norte-mineira. De onde pode-se concluir que, na maioria das vezes, o exterior é que faz a região Norte de Minas.

Para os ecossistemas do Norte de Minas, a máxima “Pense globalmente e aja localmente”, deveria ser reformulada e transformada em “Pense globalmente e aja local e globalmente”, pois, grande parte dos financiamentos que vêm colaborando para sua destruição são originários do capital e de agências internacionais de fomento, assim como uma grande parte da produção da região é exportada para os países centrais.

Daí reiterarmos a posição de Martin (1993), ao afirmar que:

... a ‘região’ só se concebe enquanto um “complexo social-natural” historicamente determinado e inserido num sistema mais abrangente, dotado de certa homogeneidade e identidade que permite distingui-la das demais, e de outras formas de organização do espaço.

Abstract: This paper has to do with the location and physical aspects of the North region of Minas Gerais and the transformations occurred in this space, mainly from the 60’s, due to the modernizing developmental process that was implemented through its insertion in the working area of SUDENE, as well as the most remarkable consequences in the organization of the regional space.

Key-Words: Region, Geographic space, Development, Modernization, Space organization.

Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Condições de Vida nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991*. Belo Horizonte, 1996.

GRUPO DE ESTUDOS E AÇÃO AMBIENTAL. *Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas*. Montes Claros: GEA, 1991 (mimeo).

GERVAISE, Yves. *A Transformação Agrária do Nordeste Meridional* (Norte de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG/ Instituto de Geociências/ Departamento de Geografia, 1975 (Publicação Especial Nº 1).

IBGE/DEPIS/DIEAD – GERÊNCIA DE ANÁLISES ESTRUTURAIS E ESPACIAIS DA POPULAÇÃO. *Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000, Minas Gerais – 1996/2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JACOMINE, P. K. T. *et al. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Norte de Minas, área de atuação da SUDENE*. Recife: EMBRAPA/SNLCS – SUDENE/DRN, 1979.

MARTIN, André R. *As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1993. 271p. (Tese, Doutorado em Geografia).

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. *Perfil Socioeconômico da Região de Planejamento VIII, Norte*. Belo Horizonte, 1994, v. VIII.

OLIVEIRA, Marcos F. M. de. *O Processo de Desenvolvimento Recente de Montes Claros (MG), sob a Orientação da SUDENE (1960-1980)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1996. 199 p. (Dissertação, Mestrado em História Econômica).

OLIVEIRA, Marcos F. M. de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. *Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre: AGE, 2000.

REIS, Geraldo A. dos. *Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste*. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.).

Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 124p. Cap. 4: Categorias Tradicionais, Categorias Atuais, p. 45-59.